**Dinâmicas de Crescimento na Região Urbana da Ilha do Atalaia, Salinópolis (PA): Uma análise territorial da Zona Costeira Amazônica**

Alexandre Martinho Dias da Fonseca de Sousa[[1]](#footnote-1)

**RESUMO**

As Zonas Costeiras (ZC) são áreas que ao longo do tempo têm enfrentado uma crescente exploração de seus ecossistemas, principalmente devido ao seu potencial turístico. Assim, o presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo sociojurídico que investigue as implicações dos aspectos socioambientais, bem como os diversos atores sociais e institucionais, no desenvolvimento territorial da Ilha do Atalaia em Salinópolis(PA), situada na Zona Costeira da Amazônia Brasileira. A abordagem busca correlacionar as dimensões social e normativa com as boas práticas de gestão de políticas públicas. A metodologia empregada baseou-se em análise documental e revisão bibliográfica, visando realizar um levantamento teórico-conceitual e normativo, utilizando o método dedutivo para oferecer uma visão geral da área de estudo. Os resultados da pesquisa indicam que a ocupação desordenada e irregular por diversos atores sociais, aliada à ausência de normativos e políticas públicas mais eficientes, resultam em conflitos de interesses sociais,institucionais e ambientais, aumentando a insegurança jurídica e impactando a formulação de políticas públicas e infraestrutura para o desenvolvimento da região.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento Territorial**.** Zona Costeira. Urbanização. Salinópolis.

**ABSTRACT**:

The Coastal Zones (ZC) are areas that over time face increasing exploitation of their ecosystems, mainly due to their tourism potential. Thus, the present work aims to carry out a socio-legal study that investigates the implications of socio-environmental aspects, as well as the various social and institutional actors, in the territorial development of Ilha do Atalaia in Salinópolis (PA), located in the Coastal Zone of the Brazilian Amazon. The approach seeks to correlate social and normative dimensions with good public policy management practices. The methodology used was based on documentary analysis and bibliographical review, in the revolution a theoretical-conceptual and normative survey was carried out, using the deductive method to offer an overview of the study area. The research results indicate that the disorderly and irregular occupation by various social actors, combined with the absence of more efficient regulations and public policies, results in conflicts of social, institutional and environmental interests, increasing legal insecurity and impacting the formulation of public policies and infrastructure for the development of the region.

**Keywords:** Territorial Development. Coastal Zone. Urbanization. Salinópolis.

**1 INTRODUÇÃO**

As Zonas Costeiras são áreas que, ao longo do tempo, têm experimentado uma crescente exploração de seus ecossistemas, principalmente devido ao seu potencial turístico, sendo alvos de várias atividades humanas, como o turismo (RANIERI; EL-ROBRINI, 2016). Conforme Silva (2014), essa exploração tem se intensificado à medida que as Zonas Costeiras são percebidas como atrações turísticas buscando atrair diferentes públicos interessados em uma conexão com a natureza.

Contudo, essas atividades têm implicações significativas na configuração urbana e socioespacial, especialmente quando o ordenamento territorial não é planejado ou mal executado, afetando diretamente a vida cotidiana e as paisagens locais (SOUZA, 2014). No Estado do Pará, diversas cidades costeiras, incluindo Salinópolis, experimentam um aumento na valorização das áreas devido à urbanização ao longo do tempo, especialmente favorecida pela construção de ambientes propícios ao turismo (ALMEIDA; NETO, 2013).

O município de Salinópolis, situado no nordeste paraense, destaca-se como um destino turístico devido ao conjunto paisagístico, que inclui praias, extensas áreas de dunas e uma significativa região de manguezal (SILVA, 2014). Marinho (2009) observa que nas últimas duas décadas, a cidade experimentou um rápido crescimento urbano, com aumento populacional notável, expansão da malha urbana e uma transição do modo de vida local para o urbano.

Este crescimento urbano em Salinópolis também resultou em desafios, como o avanço de áreas periféricas sobre zonas de proteção ambiental, além de projetos do governo estadual para infraestrutura turística. Diante desse contexto, torna-se essencial implementar ações, planos e programas sustentáveis, a exemplo do Plano Diretor Municipal, Política de Saneamento Básico e Plano de Gerenciamento Costeiro, que efetivem e garantam o desenvolvimento turístico sem degradação ambiental ou mudanças prejudiciais na dinâmica socioespacial (SILVA, 2014).

A problemática central deste estudo é compreender como os aspectos socioambientais, decorrentes da ocupação desordenada, influenciam e transformam a dinâmica do desenvolvimento territorial na Ilha do Atalaia, em Salinópolis (PA), localizada na Zona Costeira da Amazônia brasileira. O objetivo do trabalho é realizar um estudo sociojurídico, correlacionando os aspectos sociais e normativos com as boas práticas de gestão de políticas públicas. A metodologia envolve análise documental e bibliográfica, buscando um levantamento teórico-conceitual e normativo através do método dedutivo para proporcionar uma visão abrangente da área em estudo.

**2 PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS**

Antes de abordar o processo histórico de urbanização e ocupação no município de Salinópolis, é fundamental destacar conceitos essenciais sobre o desenvolvimento, uma vez que esses aspectos estão relacionados à dinâmica de desenvolvimento territorial, especialmente na região em estudo.

De acordo com Sen (2000), o desenvolvimento econômico é fundamental para a liberdade, pois, em sua visão, o sistema de produção deve distribuir o produto social de maneira mais igualitária para promover a liberdade. Ele destaca que é por meio do desenvolvimento que as liberdades são alcançadas, sendo essenciais para atingir o próprio desenvolvimento. Sen (2000) enfatiza que o desenvolvimento econômico e social deve ser compreendido pela concessão de direitos às pessoas em cada contexto social, influenciado pelas relações de troca existentes.

Sob a perspectiva de Batista (2010) ao analisar o processo de desenvolvimento, destaca-se a importância do envolvimento dos atores sociais nos processos decisórios, desde o planejamento até a execução e avaliação de políticas públicas ou projetos que os afetarão. A participação ativa da comunidade é crucial para a eficácia dessas ações, conforme ressalta Bandeira (1999), uma vez que a integração da sociedade civil organizada no planejamento do desenvolvimento é de suma importância.

No contexto específico de Salinópolis, Marinho (2009) descreve a ocupação inicial da região pelos índios Tupinambás, antes da chegada dos colonizadores portugueses. Esses povos, utilizados pelos jesuítas em diversas tarefas relacionadas à natureza, adquiriram conhecimentos sobre o ambiente costeiro amazônico sem causar impactos ambientais significativos.

A mudança para o nome Salinas, na década de 1870, deve-se à presença de jazidas e extração de sal na região, atividade desenvolvida pelos jesuítas com a mão-de-obra indígena. O município foi oficialmente denominado Salinópolis em 30 de dezembro de 1937, por meio do Decreto Estadual nº 4.504 (MARINHO, 2009).

A década de 1930 marca o início das transformações significativas no espaço urbano de Salinópolis, com a construção dos primeiros hotéis, como o “Hotel Atlântico”, hoje conhecido como Hotel Salinópolis. Essas iniciativas foram impulsionadas pelo governo estadual, visando atrair turistas e estimular o desenvolvimento local (BRITO, 2004).

Intervenções estatais, continuaram nas décadas seguintes, com destaque para a pavimentação asfáltica da rodovia Capanema-Salinópolis, ao final de 1930, Essa obra proporcionou uma linha regular de ônibus, reduzindo significativamente o tempo de viagem a Belém e estimulando a chegada de visitantes à região (BRITO, 2004).

Ao longo dos anos, diversas obras, foram construídas nos bairros localizados no centro e perto das praias da cidade, como a Orla do Maçarico, nos anos 2000 e a Urbanização da Orla do Atalaia de da Reforma da Fonte do Caranã no ano de 2004, visando melhorias urbanas, especialmente no setor turístico. Essas iniciativas não apenas buscavam o desenvolvimento econômico, mas também objetivavam gerar emprego e renda para a população local (SOUZA, 2014).

As ações implementadas pelo Estado contribuíram para transformações em Salinópolis, promovendo o que Marinho (2009) denomina de “Segunda Residência” ou “Residência de Veraneio”. Esse fenômeno, caracterizado pela aquisição de propriedades secundárias em regiões turísticas, tem impactado significativamente a desorganização urbana local onde se instala. Ademais, é possível notar um aumento considerável de compras de mercado de terras, além da atuação de vários agentes espaciais: Estado, proprietários fundiários entre outros grupos que fazem parte dessa região (NUNES, 2016)

No entanto, a expansão urbana, aliada às residências de veraneio em localidades como Salinópolis, apresenta desafios consideráveis aos ecossistemas costeiros, como manguezais e dunas , que são prejudicados pelo avanço desordenado do desenvolvimento territorial (NUNES, 2007). A pesquisa visa compreender de que forma esses aspectos socioambientais, aliados à ocupação desordenada, influenciam e transformam a dinâmica do desenvolvimento territorial na Ilha do Atalaia em Salinópolis.

**2.2 Aspectos jurídicos na região de Salinópolis**

A Lei nº 001, de 29 de setembro de 2011 (Lei Orgânica do Município de Salinópolis) representa uma legislação abrangente, de caráter constitucional, elaborada no âmbito municipal, em conformidade com as diretrizes e limites estabelecidos pelas Constituições Federal e Estadual correspondente. Esta lei é, portanto, a principal ferramenta normativa de um município, consagrando diversos princípios que orientam a convivência social e refletem uma união de esforços direcionados para o bem-estar coletivo, o progresso e o desenvolvimento da população.

Nesse contexto, o art. 44 estabelece as competências municipais de acordo com as Constituições Federal e Estadual em destaque aos incisos XXXI e XXXII, que normatizam:

XXXI – instituir, sempre com vistas ao interesse urbanístico, o Código de Obras, nele estabelecendo, as normas de edificação, de reparação, de demolição e de arruamento, bem como normas de loteamento e zoneamento urbano e de delimitações urbanísticas convencionais à ordenação de seu território observada a legislação federal; XXXII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e a ocupação do solo urbano, devendo preservar áreas destinadas a: zonas verdes e demais logradouros públicos; passagem de canalização pública de esgoto e de águas pluviais, com largura mínima de dois metros nos fundos dos lotes, cujo desnível seja superior a um metro da frente ao fundo (Pará, 2011, p.5).

Dessa forma, a Lei Municipal nº 2.792/2006 define diretrizes para a construção de obras no território do município de Salinópolis, com a obrigação de observar as disposições previstas no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação (PARÁ, 2006). Assim, esse instrumento normativo configura-se como uma legislação que estabelece as normas técnicas para a realização de qualquer tipo de construção, proporcionando previsibilidade e uniformidade nas obras urbanas, ao mesmo tempo em que assegura a segurança das edificações. Tal regulamentação contribui para a organização e harmonia do município, promovendo um ambiente propício para seus habitantes.

Do mesmo modo, o município de Salinópolis conta com o seu Plano Diretor Municipal, instituído pela Lei Municipal nº 2.896/2017, o qual estabelece um zoneamento urbano para classificar áreas conforme seus usos destinados. Dessa maneira, o Plano Diretor figura como um instrumento elaborado pela administração pública municipal com o propósito de orientar o planejamento e a gestão do uso e ocupação do solo.

Esse aspecto é amparado pela Lei Orgânica do Município, a qual, em seu Artigo 170, atribui ao Plano Diretor a responsabilidade de elaborar um diagnóstico abrangente dos problemas de desenvolvimento no âmbito municipal, além de estabelecer diretrizes para a solução dessas questões (PARÁ, 2011). O Plano Diretor do município inclui a subdivisão em zonas, determinando a distribuição espacial do território municipal.

Dentre as inúmeras zonas, a Zona Expansão Urbana (ZEU), do município Salinópolis é compreendida, no art. 16 como:

Projeção horizontal ao longo da PA-144, se iniciando no trevo de entrada da cidade (trevo do Atalaia) indo à direção da direita, seguindo para a ilha do Atalaia até a ponte do rio Sampaio” e em projeção horizontal ao longo da PA 124, até a estrada do Cuiarana fechando o perímetro (PARÁ, 2016).

O Plano Diretor no art. 17 cita sobre as construções existente em Salinópolis referente a ZEU:

São ainda considerados como urbanos todos os empreendimentos de parcelamento do solo, regulares ou não, existentes até a data da promulgação da presente Lei e os empreendimentos e complexos turísticos ou de lazer instalados na Zona Especial de Interesse Turístico, na Zona Proteção Ambiental e na Zona de Expansão Urbana (PARÁ, 2006, P.3).

Como mencionado anteriormente, o Plano Diretor abrange diversas zonas, além da ZEU (Zona de Expansão Urbana) , destaca-se a Zona Especial de Interesse Turístico (ZEIT), definida com um trecho contínuo do território municipal, abrangendo suas águas territoriais. Essa zona é destinada à preservação nos aspectos cultural e natural, voltada para a realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico, cultural e de lazer.

Outra zona mencionada é estabelecida no artigo 26, denominada Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEP). Este trecho contínuo do território municipal, juntamente com suas águas territoriais, visa ser valorizado e preservado em suas características ambientais e paisagísticas..

O artigo 31 do Plano Diretor direciona-se à normatização das Zonas Especiais de Proteção ao Patrimônio Ambiental (ZEPPA). Essas áreas podem incluir terrenos, recursos naturais e propriedades públicas ou particulares no território do município, para os quais são estabelecidos controles específicos de uso e ocupação.

É relevante destacar que, no que diz respeito ao parcelamento do solo para fins urbanos, o artigo 48 do Plano Diretor de Salinópolis estipula que tal ação somente será possível nas ZEU e na ZEIT, regidas pelas Lei de Uso e Ocupação do Solo, de acordo com as seguintes diretrizes estabelecidas:

: I – implantação pelo loteador, às suas custas e dentro de prazos definidos, das obras de infraestrutura urbana, conforme discriminado no Anexo IV; II – reserva de áreas públicas em percentuais mínimos definidos no Anexo V; III – preservação das linhas de drenagem natural dos terrenos, na posição original e a céu aberto; IV – limitação de taludes de cortes e aterros, resultantes da implantação do sistema viário, a uma altura máxima de 2,5 metros; V – proibição de parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 30% e ou que necessitem de drenagem tendo a mesma (drenagem) de ser concluída antes do lançamento do loteamento; VI – impedimento para qualquer tipo de construção em loteamentos que não estiverem com a rede de água potável, rede de esgoto e rede de energia elétrica concluídas e em funcionamento (PARÁ, 2006, p.3)

A presença e efetiva aplicação desses instrumentos, como Plano Diretor e suas diversas zonas específicas, assumem um papel crucial no que tange ao reconhecimento e preservação de áreas ambientalmente relevantes na região do município de Salinópolis. Estes documentos oferecem diretrizes fundamentais para o uso sustentável do solo, garantindo a proteção de ecossistemas valiosos e promovendo o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a conservação ambiental.

Contudo, é importante ressaltar que a simples existência dessas normativas não é suficiente. Torna-se essencial implementar uma fiscalização eficaz e estabelecer uma gestão integrada entre os diversos setores responsáveis. A fiscalização assegura o cumprimento das diretrizes estabelecidas, enquanto um gestão integrada promove a colaboração e a coordenação entre diferentes órgãos e departamentos, otimizando esforços para o desenvolvimento sustentável da região.

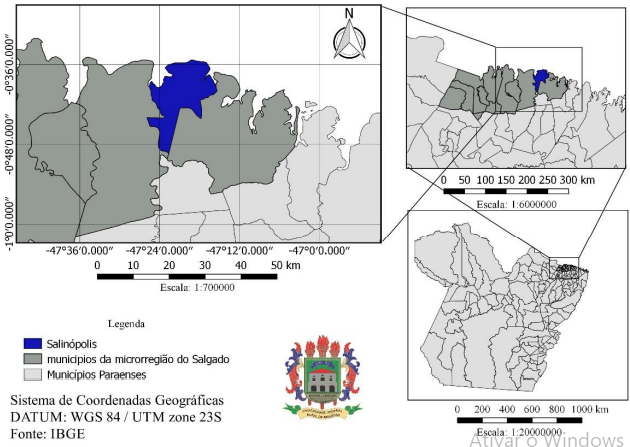
Assim, a colaboração entre os setores responsáveis é fundamental para assegurar que as políticas e diretrizes propostas se transformem em ações práticas, contribuindo para a preservação do meio ambiente, ordenamento urbano adequado e o bem-estar da população. A implementação eficaz desses instrumentos não apenas protege os recursos naturais, mas também fortalece a identidade e qualidade de vida da população de Salinópolis.

**2.3 Conflitos socioambientais na região de Salinópolis**

O município de Salinópolis, inserido na Mesorregião do Nordeste Paraense e integrante da Costa Atlântica Paraense, destaca-se não apenas pela sua localização geográfica estratégica, mas também pelo potencial turístico que atrai visitantes de diversas partes. Limitando-se aos municípios de Maracanã, São João de Pirabas e o Oceano Atlântico, como descrito por Oliveira (2017). De acordo com dados do IBGE (2010), a área territorial do município é de aproximadamente 217,856 km², abrigando uma população de 37 mil habitantes.

Sua localização, a cerca de 200 km da capital paraense, Belém, proporciona fácil acesso e se apresenta como um destino turístico único na região, entretanto, é importante considerar os desafios associados ao desenvolvimento turístico, como os impactos ambientais (desenvolvimento e urbanização irregular, poluição hídrica , perda da biodiversidade etc).

Figura 01 – Mapa de localização de Salinópolis



Fonte: Oliveira (2017)

Nesse contexto, autores como Fandé e Pereira (2014) destacam que a prática da atividade turística em determinados locais pode resultar em impactos ambientais tanto positivos quanto negativos, afetando o ambiente natural, o ambiente transformado e o ambiente sociocultural. Um exemplo dessa dinâmica é a região de Salinópolis, que se torna mais suscetível aos impactos ambientais negativos decorrentes da atividade turística.

Matos e Gluber (2011) identificam alguns dos principais impactos enfrentados pelo turismo em zonas costeiras, incluindo o desenvolvimento e urbanização irregular em áreas de proteção, a poluição hídrica do mar e das praias, a perda de biodiversidade em ecossistemas costeiros como dunas e manguezais, a deterioração urbana em locais de intensa atividade turística, além do processo de erosão e perda de fertilidade do solo.

Quanto aos efeitos sociais, Gomes et al.(2006) ressaltam que apropriação turística do espaço ao longo do tempo é percebida como um elemento que descaracteriza o modo de vida da população local. Isso ocorre devido às mudanças em seu trabalho, cultura e produção de espaço. Além disso, essa transformação pode resultar em outros impactos sociais na região, como a prostituição, o consumo de drogas, o aumento da viloência e outros fatores.

Na praia do Atalaia, especificamente, é perceptível a presença de muitos resíduos sólidos dispersos em diferentes áreas (Figura 2) exercendo uma influência direta nos impactos ambientais enfrentados por esse local ao longo do tempo. Conforme observado por Silva (2014), existem serviços de limpeza e coleta de resíduos na área urbanizada, onde profissionais utilizam caçambas e, em casos de veículos atolados, empregam pás mecânicas. Contudo, nota-se que tal serviço ainda é considerado insuficiente diante das demandas existentes.

O autor ainda explica que, dependendo do aumento do fluxo de visitação, mais equipes são deslocadas. No entanto, é possível observar que grande parte delas não utiliza Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e outras ferramentas apropriadas para a realização desses serviços.

Figura 2 - Resíduos sólidos encontrados na praia do Atalaia. 

Fonte: Pinheiro (2019)

No que tange aos resíduos sólidos, Silva (2011) reflete sobre o aumento do consumo ao longo do tempo, impulsionando tanto pelo crescimento populacional quanto pelo processo de globalização e as consequentes mudanças no poder e comportamento de compra. Esse aumento tem gerado, entre outros efeitos, o crescimento na produção de lixo, especialmente nos grandes centros urbanos, onde parte desses resíduos ainda é destinada inadequadamente.

Segundo levantamento da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) em 2015, houve um aumento de 29% na produção de lixo no Brasil no período de 2003 a 2014. No entanto, apenas 58,4% desses resíduos tiveram destinação correta, indicando que mais de 32 milhões de toneladas foram despejadas em locais inapropriados, como lixões a céu aberto, causando danos ao ecossistema.

É evidente que a forma como o ser humano tem utilizado os recursos naturais e os danos causados ao ambiente são motivos de preocupação desde a Revolução Industrial, no século XVIII (SILVA, 2011). Diante disso, diversos autores, como Gessner et al. (2013), discutem que os avanços tecnológicos potencializam eventos degradativos, sendo os principais fatores nas mudanças observadas atualmente no ecossistema global, abrangendo aspectos como o clima, a poluição e a extinção de espécies.

Nesse contexto, o gerenciamento de resíduos sólidos tornou-se uma preocupação para os gestores públicos em todo mundo. No entanto, as ações relacionadas à prevenção. geração, coleta, disposição e reaproveitamento dos resíduos têm sido tratadas setorialmente, de maneira desarticulada, o que resulta em políticas fragmentadas e suas leis (LOURENÇO; BARBOSA; ROCHA , 2015).

Portanto, torna-se imperativo implementar o gerenciamento eficaz desses resíduos e o fortalecimento das ações, especialmente em lugares como o município de Salinópolis, visando possibilitar um desenvolvimento territorial mais adequado e sustentável para a região, conforme estabelecido pelas políticas e normativos existentes. Assim, o planejamento dos recursos físicos, materiais e a capacitação dos recursos humanos envolvidos no manejo dos materiais descartados são cruciais, sendo esse processo de responsabilidade legal dos geradores.

Figura 3 – Presença de esgoto nas praias do Atalaia (A, B) e Farol Velho (C, D).

Fonte: Pinheiro (2019)

Na figura 3 é possível identificar que tanto a praia do Atalaia como no Farol Velho existe o despejo irregular do esgoto, logo, entende-se que os principais impactos ambientais possíveis gerados pelo lançamento no mar desses resíduos são a contaminação microbiológica, com seus consequentes riscos à saúde pública, o acréscimo de matéria orgânica e nutrientes no meio marinho (ABESSA *et al.,* 2012).

Para Abessa *et al.* (2012) impactos como esses podem desencadear também à eutrofização e induzir à hipóxia ou mesmo à anóxia, bem como o aumento da turbidez, o que pode interferir na produção primária e os organismos filtradores e dentre outras consequências.

Diante disso, a produção e manutenção dos estoques pesqueiros para fins de pesca e aquicultura podem estar totalmente comprometidos, além da deterioração dos aspectos estéticos e paisagísticos do lugar (ABESSA *et al*., 2012).

Neste sentido, percebe-se os impactos ambientais, causados pelas ações degradantes realizadas pelo homem na natureza ao longo dos anos, passaram a ser sentidos de forma mais intensa nas últimas décadas, o que gerou grande preocupação e consequentes discussões acerca da relação homem-natureza, frente ao desenvolvimento tecnológico e econômico (LOURENÇO; BARBOSA; ROCHA, 2015).

No Brasil, diversas leis surgiram com o objetivo de melhorar a relação homem x natureza e proteger o meio ambiente. Entre elas, a Lei de área de Proteção ambiental (Lei n**º** 6.902/1981) que criou estações ecológicas, que, segundo seu regimento, devem permanecer intocáveis, com exceção de pesquisas básicas relacionadas ao meio ambiente (BRASIL, 1981). Além desta, outras como a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e a Lei de Recursos Hídricos, que define a água como “recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (Lei nº 9.433/1997) (BRASIL, 1997).

Entre as diversas leis relacionadas ao meio ambiente, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS (Lei nº 12.305/10) é uma das mais recentes. Apesar da grande problemática envolvendo a produção de lixo no país e o risco que seu descarte inadequado pode causar para o ecossistema, este projeto passou por quase 20 anos sendo discutido no Congresso Nacional até que fosse aprovado, em 2010 (BRASIL, 2010).

No âmbito do município de Salinópolis, no ano de 2022, foi promulgada a Lei Municipal nº 2.937/2002, instituindo a Política Municipal de Saneamento Básico. Essa iniciativa tem como objetivo estabelecer mecanismos de gestão pública da infraestrutura relacionada ao saneamento básico no município (PARÁ,2022). Desse modo, observa-se uma iniciativa por parte do município de se alinhar às demais legislações ambientais vigentes.

Dessa forma, ao analisar especificamente os impactos ambientais no município de Salinópolis, compreende-se a necessidade correta do manejo correto dos resíduos, de acordo com suas características e classificação, pois evita acidentes ambientais diminui o risco de contaminação e proliferação de vetores de doenças e gera uma conscientização ambiental importante dentro da comunidade em geral e proporciona o adequado desenvolvimento regional.

Figura 4 - Construções inadequadas nas praias do Atalaia (A, B) e Farol Velho (C, D)

Fonte: Pinheiro (2019)

As construções irregulares presentes no município, a exemplo da praia de Atalaia e Farol Velho são constantes provocando inúmeros conflitos sócio ambientais em virtude da ocupação desordenada. Sobre o assunto, Ranieri e El-Robrini (2016) esclarecem que grande parte dessas construções estão presentes além do limite sugerido para recuo máximo da linha de costa preservada (mais de 200 m). Além do mais, pode-se observar que tais problemas ocorrem também em várias outras áreas do município, onde cerca de 50% da faixa de praias oceânicas é limitada por zona urbanizada (RANIERI; EL-ROBRINI, 2016).

Conforme Marinho (2009) explica tal fenômeno possui relação direta com o processo de urbanização desordenada em um determinado território, o que auxilia para impulsionar os processos espaciais e modificar a antiga organização socioespacial de uma determinada cidade, além disso, provoca mudanças significativas no que se refere às áreas de proteção ambiental, em virtude da necessidade de novas zonas de ocupação.

Ao analisar o processo desordenado de urbanização do município de Salinópolis, especialmente a praia do Atalaia e Farol Velho, formam iniciativas que ocorrem bem antes da promulgação das resoluções do CONAMA, já que se encontra em desacordo com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, sendo que um dos seus objetivos é conceber os espaços estuarinos como locais públicos (PINHEIRO, 2019).

Vale frisar também sobre a importância do Plano Diretor Participativo de Salinópolis, conforme a Lei nº 2.791/06, que dentre seus artigos determina que na ocupação da Zona Especial de Proteção Ambiental precisa ser evitada ao máximo a degradação dos recursos naturais, como no caso em áreas de mangue, praias e paisagens (PARÁ, 2006).

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acerca da presente temática, nota-se que existe a necessidade da criação de mecanismos no que se refere a ocupação de áreas de proteção ambiental, e consequente um desenvolvimento territorial de forma sustentável, já que existem ainda muitas ocupações irregulares, onde a população invade esses locais e poder público é forçado a fornecer condições básicas a população. Desse modo, cada vez mais áreas de preservação ambiental são degradadas, levando a impactos que afetam o desenvolvimento da região.

Além disso, entende-se que o município de Salinópolis necessita estabelecer uma política municipal de saneamento básico mais eficiente a luz da regra nacional sobre o assunto a fim que possa auxiliar gestores e técnicos sobre a importância de implementar instrumentos de gestão e governança, buscando, assim mostrar a relevância dos aspectos marítimos nos processos de tomada de decisão de natureza setorial, ambiental e urbana gerando, pois, um desenvolvimento condizente com os ditames jurídicos e a realidade socioespacial do ambiente.

Portanto, ao longo do trabalho foi possível observar que a ocupação desordenada e irregular por diversos atores sociais e ausência de ferramentas mais eficazes levam a conflitos de interesse sociais, institucionais e ambientais o que aumenta a insegurança jurídica e implicações ao desenvolvimento territorial, à construção de políticas públicas e infraestrutura no município de Salinópolis.

**REFERÊNCIAS**

ABESSA, D. M. S.; RACHID, B. R. F.; MOSER, G. A. O.; CARDOSO, A. J. F. Efeitos ambientais da disposição oceânica de esgotos por meio de emissários submarinos. **Revista O Mundo da Saúde**, v. 36, p. 643-661, 2012.

ALMEIDA, J. F. A.; NETO, C. P. Ocupação e uso das praias do Maçarico e das Corvinas (Salinópolis/PA): Subsídios à Gestão Ambiental. **Amazônia em Foco. Edição Especial: Empreendedorismo e Sustentabilidade**, n. 1, p. 160-178, Out. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Os descaminhos do lixo**. Disponível em: http://abrelpe.org.br/brasil-produz-mais-lixo-mas-nao-avanca-em-coleta-seletiva/. Acesso em: 20 Jul. 2023.

BATISTA, I.M.S. **Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da RESEX Mãe Grande de Curuçá**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Belém, 2010.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para discussão, n. 630).

BRASIL. Lei Nº 6.902, de 27 de abril de 1981. **Lei das Estações Ecológicas; Lei da Área de Proteção Ambiental**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6902-27-abril-1981-371587-norma-pl.html. Acesso em: 10 Jul. 2023.

BRASIL. Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/L9433.htm. Acesso em: 15 Jul. 2023

BRASIL. Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRITO, F. M. O. (Re) **Organização Sócio-Espacial do Município de Salinópolis/PA.** Dissertação (Curso de Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p.12-176, 2004.

FANDÉ, M. B.; PEREIRA, V. F. G. C. Impactos Ambientais Do Turismo: Um Estudo Sobre A Percepção De Moradores E Turistas No Município De Paraty-RJ. **REGET**, v. 18, n. 3, p.1170-1178, Set-Dez. 2014

GOMES, B. M. A; ROMANIELLO, M. M.; SILVA, M. A. C. Os efeitos do turismo em comunidades receptoras: um estudo com moradores de Carrancas, MG, Brasil, PASOS, **Revista de Turismo Y Patrimônio cultural**, v. 4, n. 3, p. 391-408, 2006.

GESSNER, R.; PIOSIADLO, L.C.M.; FONSECA, R.M.G.S. da; LAROCCA, L.M. O manejo dos resíduos dos serviços de saúde: um problema a ser enfrentado. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 117-123, 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/ ce.v18i1.31316. Acesso em: 18 jul. 2023.

LOURENÇO, J.C, BARBOSA, M.P, ROCHA, L.E.M.R. Educação ambiental como atividade de gestão dos resíduos sólidos: uma análise do plano municipal de Gestão Integrada de Campina Grande-PB. **AmbientalMENTEsustentable**. 2015; 2(20):69-87.

MARINHO, R. S. **Faces da expansão urbana em Salinópolis, zona costeira do estado do Pará**. 2009. p. 135. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2009.

NUNES, M. R. As consequências das segundas residências no mercado de hospedagem em Tibau do Sul-RN. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 4, n. 1, 30 jun. 2016.

OLIVEIRA, Ingrid Nayane Costa de. **Processo de expansão urbana sobre as áreas de mangue no Município de Salinópolis-PA.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Capanema, 2017.

PARÁ. Lei Nº 2.791, de 6 de setembro de 2006. **Plano Diretor de Salinópolis.** Disponível on-line em: http://www.seidurb.pa.gov.br/pdm. Acesso em: 20 Jul. 2023.

PARÁ. Lei Nº 001, de 29 de setembro de 2011. **Lei Orgânica do Município de Salinópolis.** Disponível on-line em:<http://www.camarasalinopolis.pa.gov.br/arquivos/15/Leis%20Municipais\_001\_2011\_0000001.pdf>. Acesso em: 22 Jul. 2023.

PARÁ. Lei Nº 2.937, de 13 de junho de 2022. **Política Municipal de Saneamento Básico.** Disponível on-line em:<http://www.camarasalinopolis.pa.gov.br/arquivos/15/Leis%20Municipais\_001\_2011\_0000001.pdf>. Acesso em: 22 Jul. 2023.

PARÁ. Lei Nº 2.792, de 28 de setembro de 2006. **Código de Obras do Município de Salinópolis.** Disponível on-line em:<https://www.camarasalinopolis.pa.gov.br/arquivos/10/Leis%20Municipais\_2792\_2006\_0000001.pdf>. Acesso em: 22 Jul. 2023.

PINHEIRO, Cézar Di Paula da Silva. **Análise dos impactos socioambientais e da percepção da população frente ao turismo na zona costeira do município de Salinópolis/Pa.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental e Energias Renováveis) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2019.

RANIERI, L. A.; EL-ROBRINI, M. Condição Oceanográfica, Uso e Ocupação da Costa de Salinópolis (Setor Corvina - Atalaia), Nordeste do Pará, Brasil. **RGCI**, Lisboa , v. 16, n. 2, p. 133-146, jun., 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA. Paulo Sérgio da. Ações Efetivas da Educação Ambiental na Prática Escolar. In: SEABRA, Giovanni (org.). **Educação Ambiental no Mundo Globalizado.** João Pessoa: Editora Universitária – UFPB. 2011. P. 113-124.

SILVA, C. G. Acondicionamento e coleta de resíduos sólidos: um estudo sob a perspectiva dos prestadores de serviços turísticos da Praia do Atalaia-PA. **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, vol. 16, n. 1, 2014.

SOUZA, D. L.. Urbanização Turística, Políticas Públicas e Desenvolvimento: O Caso de Salinópolis/PA. **Geografia em Questão (Online),** v. 7, p. 65-86, 2014.

1. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: alexandresousa@ufpa.br [↑](#footnote-ref-1)